

## Governo Lula recorre a fundos para driblar o arcabouço e subir gasto

Crédito Liberações fora da regra fiscal

# Governo recorre a fundos para driblar arcabouço e turbinar gasto

— Prática tem aval do Congresso, mas é questionada por economistas; BNDES diz que uso é focado em áreas essenciais e Fazenda e Planejamento não comentam

BIANCA LIMA  
BRASÍLIA  
LUIZ GUILHERME GERBELLI  
SÃO PAULO

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem ampliado o uso de fundos públicos e privados para turbinar a concessão de crédito mais barato e elevar os gastos sem esbarrar nas limitações impostas pelo arcabouço fiscal. A prática geralmente é viabilizada por meio da alteração ou aprovação de leis e, portanto, conta com o aval do Congresso.

“Como há limite para a despesa primária (que banca gastos correntes do Executivo), o governo está bombando a despesa financeira por meio do uso de fundos”, diz o pesquisador do Insper Marcos Mendes. “A consequência é que o resultado primário vai perdendo significado. Eu até posso fazer um resultado significativo, mas a dívida pública seguirá crescendo, por conta dos gastos que estão ‘vazando’ nesta via financeira.”

Na última semana, três iniciativas engrossaram essa lista. Uma foi a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de pro-

jecto de lei, motivado pela calamidade no Rio Grande do Sul, que autoriza a União a aumentar em até R\$ 4,5 bilhões a sua participação no Fundo de Ga-

**Na prática**  
**Aportes da pandemia**  
**tiveram prazos renovados,**  
**e o dinheiro jamais**  
**voltou para o Tesouro**

rantia de Operações (FGO). Trata-se de fundo privado, atrelado ao Banco do Brasil, que garante eventuais inadimplências

em crédito a setores específicos, como pequenos negócios.

Com essa garantia, o risco dos bancos fica menor e a taxa de juros, conseqüentemente, cai. Foi um mecanismo usado

na pandemia, mas que, via de regra, acaba se prolongando.

Na pandemia, os aportes no FGO também se deram fora das regras fiscais, com o compromisso de que os valores retornariam aos cofres do Tesouro Nacional após determinado período. Mas os prazos foram sendo renovados pelo Congresso e o dinheiro jamais retornou.

Em vez disso, passou a ser

usado para garantir outras operações de crédito sem relação com situações emergenciais ou imprevistas.

O texto aprovado pelos deputados também autoriza o governo a usar até R\$ 20 bilhões do superávit financeiro do Fundo Social como fonte de recurso para crédito direcionado à mitigação das mudanças climáticas. É o mesmo fundo que foi utilizado pelo governo para propor uma triangulação de recursos e, assim, conseguir bancar a ampliação do programa Vale Gás por fora do Orçamento.

Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa avaliou, em entrevista ao **Estadão** (leia na página B4), que o uso dos fundos é pertinente diante da necessidade de investir em mitigação de mudanças climáticas e infraestrutura social. Procurados, os ministros da Fazenda e do Planejamento e Orçamento não se manifestaram. O Banco do Brasil afirmou que não comenta. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1